

MOÇAMBIQUE

2017

Andre ALMEIDA SANTOS / a.almeidasantos@afdb.org
Glenda GALLARDO / glenda.gallardo@undp.org
Manuel FILIPE / manuel.filipe@undp.org



MOÇAMBIQUE

- Em 2016 o crescimento do PIB abrandou para 4.3% devido a uma maior restrição orçamental, a uma quebra do investimento direto estrangeiro e, ainda, devido à crise da dívida “oculta”; espera-se um aumento na ordem dos 5.5% para 2017, impulsionado pelas exportações do setor extrativo.
- Embora a incidência da pobreza tenha diminuído, o número de pessoas pobres permanece quase o mesmo, num ambiente de crescentes desigualdades.
- Um frágil setor industrial emprega apenas 3.2% da população e é essencialmente composto por pequenas e microempresas (90%).

Visão global

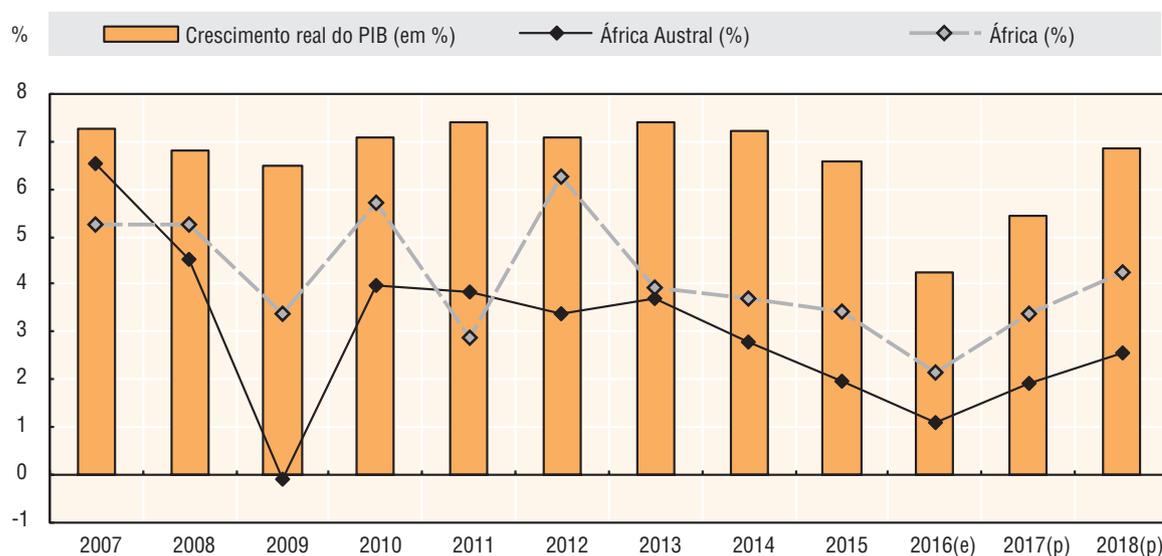
O crescimento real do produto interno bruto (PIB) é estimado em 4.3% em 2016, refletindo as vulnerabilidades de Moçambique. As receitas das exportações tradicionais caíram devido a uma baixa da procura global e à seca provocada pelo *El Niño* que afetou a produção agrícola. Enquanto isso, a economia enfrenta constrangimentos logísticos em resultado do conflito militar interno. Os fracos influxos de divisas – à medida que os megaprojetos de gás foram sendo paralisados e os parceiros externos suspenderam o apoio ao orçamento – obrigaram a economia a contar apenas com a sua própria capacidade de financiamento interno, já de si escassa. As restrições monetárias conduziram a uma diminuição da procura interna, e as importações foram reduzidas devido a uma maior depreciação do metical (MZN). A recuperação das exportações de carvão e de eletricidade, juntamente com o esperado início de um projeto de gás natural *offshore*, deverão contribuir para um aumento do crescimento na ordem dos 5.5% em 2017 e 6.8% em 2018.

Na sequência da revelação da dívida escondida de 1.4 mil milhões de USD em 2016, Moçambique tornou-se o país mais endividado do continente africano, classificado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como em situação sobre-endividamento e pelas agências de *rating* em incumprimento restrito. Considerando que apenas no futuro se poderá contar com o potencial de grandes receitas com origem nos projetos de gás natural liquefeito (GNL), o país enfrenta, no curto prazo, uma crise de liquidez para equilibrar as suas contas externas e financiar os seus défices orçamentais. Uma atitude credível no que diz respeito a uma política de restrição orçamental é crucial para garantir a sustentabilidade da dívida, que depende também da reestruturação da dívida comercial. A necessária resolução política enfrentará resistência interna, particularmente no âmbito das questões de governação, de prestação de contas e do conflito político-militar. A médio prazo, a diversificação da base produtiva nacional é o caminho para a resiliência económica e o desenvolvimento inclusivo. Dados recentes sobre a pobreza revelam uma lenta redução da mesma, e crescentes desigualdades entre as regiões e entre as populações urbanas e rurais.

Graças aos grandes fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) desde 2000, o alumínio, o carvão e o gás constituem agora a espinha dorsal industrial do país, com o subsector de gás natural a tornar-se o principal polo industrial. Estas são na sua maioria indústrias orientadas para a exportação, possuindo, no entanto, um limitado valor acrescentado. A maior parte do setor manufatureiro restante estagnou, com exceção dos alimentos, bebidas, tabaco e cimento. Desde a independência em 1975, as indústrias tradicionais como a cerâmica, o chá, o caju, a metalurgia e os têxteis desapareceram ou tornaram-se residuais. Em 2016, o governo aprovou uma nova estratégia assente na indústria como o principal motor do desenvolvimento.



Figura 1. Taxa de crescimento real do PIB



Fonte: AfDB, Statistics Department AEO. Dados para 2013 são estimados, para 2014 e seguintes são projeções.

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

| | 2015 | 2016(e) | 2017(p) | 2018(p) |
|------------------------------------|-------|---------|---------|---------|
| Crescimento real do PIB | 6.6 | 4.3 | 5.5 | 6.8 |
| Crescimento real do PIB per capita | 3.8 | 1.5 | 2.7 | 4.1 |
| Inflação, medida pelo IPC | 3.6 | 16.7 | 15.3 | 8.2 |
| Saldo orçamental, em % do PIB | -2.2 | -2.8 | -1.3 | -1.1 |
| Conta corrente, em % do PIB | -32.3 | -31.1 | -30.3 | -29.5 |

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Desenvolvimentos recentes e perspetivas

Em 2016, o crescimento real do PIB caiu para um patamar estimado de 4.3%, face a 6.6% em 2015. Desde meados de 2014, os dois principais motores do crescimento – o IDE e a despesa pública – se contraíram, com o IDE a diminuir para níveis anteriores a 2011 devido ao arrefecimento do projeto do gás e à apreensão dos investidores em relação ao clima de negócios, bem como aos altos níveis de endividamento que implicam fortes restrições orçamentais.

Uma nova divulgação de dívidas ocultas agitou ainda mais a confiança das empresas, reduzindo a liquidez e desencadeando uma crise política e financeira. As dívidas contraídas em segredo pelas empresas públicas elevaram as operações totais fora do orçamento desde 2013 para 2 228 milhões de USD (17% do PIB de 2015). Os parceiros externos congelaram o apoio orçamental (aproximadamente 2% do PIB) e o FMI cancelou o seu programa de Facilidade de Crédito Alargado. A consequente onda de custos de fundos e a redução da liquidez conduziram à insolvência de dois bancos, com outras falências iminentes. Confrontado com um serviço de dívida incontável, o país falhou o cumprimento dos compromissos relativos à dívida soberana e aos empréstimos ocultos.

Um novo programa do FMI é fundamental para recuperar os mercados e a confiança dos parceiros externos, a fim de restabelecer o apoio orçamental e atrair investimentos. Para



um novo programa, o FMI vai exigir, para além de um forte ajuste orçamental e uma política monetária restritiva, colocando a dinâmica da dívida num caminho sustentável, uma auditoria independente das três empresas envolvidas nas dívidas ocultas. Embora o governo tenha feito progressos em todas as frentes, permanece incerta, no entanto, a reunião de todas as condições para um programa de resgate.

O crescimento económico em 2016 foi impulsionado pelos setores manufatureiro e agrícola, secundados por um setor extrativo em expansão e por um setor de comércio resiliente. Os setores que mais se expandiram foram os serviços financeiros (12.8%), manufatureiro (11.4%) e construção (10.4%), enquanto o turismo (1.5%), os transportes e as TIC (2.7%) e o imobiliário (2.8%) cresceram a um ritmo inferior. O setor primário representou 26.2% do PIB em 2016. A agricultura corresponde a cerca de um quinto do PIB e, embora constitua a base do crescimento contínuo de Moçambique, trata-se sobretudo de uma agricultura de subsistência de baixa produtividade que necessita de novas tecnologias e de investimentos. A seca causada pelo *El Niño* em 2016 afetou a agricultura e deixou 1.5 milhões de pessoas a necessitar de apoio alimentar. O setor secundário contribuiu com 14.4% do PIB. A indústria é dominada pela fábrica de fundição de alumínio da Mozal, que responde por 25% das exportações, enquanto o resto da indústria tem tido um desempenho inferior desde 2005. Incluindo os serviços financeiros em rápida expansão, o setor terciário, que representa 55% do PIB, é marcado por um comércio de micro-escala, com pequenas margens de lucro e poucas oportunidades de poupança e investimento.

Apesar da pequena percentagem de 4% do PIB, o setor extrativo cresceu 11% em 2016 e deverá ser o principal impulsionador do crescimento económico, beneficiando do aumento dos preços das matérias-primas e da evolução das infraestruturas, em especial do titânio e do carvão. A produção de carvão na Bacia de Moatize expandiu-se em 2016, beneficiando também da conclusão, em março de 2016, da ligação ferroviária Tete-Nacala. Com a infraestrutura do terminal de carvão marítimo capaz de manusear 22 milhões de toneladas por ano, a produção e as exportações deverão atingir novos recordes em 2017, elevando o crescimento do PIB juntamente com o setor de gás. A Sasol, da África do Sul, vai concluir o seu programa de expansão de 1.4 mil milhões de USD dos campos de gás terrestres de Temane e de Pande, incluindo a extensão do gasoduto para o sul de Moçambique. Este programa vai alimentar uma nova fábrica de gás de 400 megawatts em Maputo, e o gás remanescente será exportado para a África do Sul, aumentando as exportações e as receitas orçamentais.

Em novembro de 2016, a ENI da Itália, aprovou para o início de 2017, a primeira fase de desenvolvimento do campo de gás *offshore* do Coral. Apesar do seu tamanho relativamente reduzido e do seu limitado impacto, este constituirá um primeiro desenvolvimento de GNL na Bacia do Rovuma, uma das maiores reservas mundiais de gás natural. Data de 2016 a decisão final da ENI e da Anadarko dos Estados Unidos sobre os megaprojetos de GNL *onshore*. Enquanto a Anadarko está a levar a cabo os necessários acordos legais com Moçambique para a sua unidade de 24 mil milhões de USD, a ENI chegou a um acordo com a Exxon Mobil para a venda da sua participação no seu consórcio de GNL de Moçambique. Futuramente, esperam-se grandes receitas orçamentais provenientes dos megaprojetos da GNL. Para já, o governo precisa de fortalecer a sua estrutura de gestão das finanças públicas a fim de usar eficientemente dos seus limitados recursos para transformar o modelo de desenvolvimento económico do país.

Os dados de pobreza publicados em 2016 mostram que, apesar das modestas melhorias ao nível da pobreza multidimensional, a incidência da pobreza permanece elevada em 46.1%. Desde o último censo realizado em 2009, a pobreza global tinha caído 4.8 pontos percentuais, mas o rápido crescimento da população resultou em mais um milhão de pessoas pobres, com um aumento da pobreza em certas áreas rurais. A desigualdade entre as áreas urbanas e rurais cresceu, bem como entre as regiões. Moçambique ocupa um lugar muito baixo no Índice de Desenvolvimento Humano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o 180º lugar entre 188 países. Além disso, o país enfrenta incerteza política com o conflito político-



militar por resolver entre o governo e o partido de oposição RENAMO. Milhares de refugiados moçambicanos atravessaram as fronteiras do Malawi e do Zimbabué, enquanto muitos outros foram deslocados internamente. Vários assassinatos, principalmente de figuras da oposição, obscureceram ainda mais as negociações de paz. O cessar-fogo ocorrido no Natal de 2016 ainda se mantém, proporcionando esperança a uma perturbada atividade económica e respetivos meios de subsistência para a maioria dos moçambicanos.

Espera-se que o crescimento aumente em 2017 e 2018 para 5.5% e 6.8%, respetivamente, devido ao crescimento do setor extrativo. No entanto, uma vez que a recuperação de Moçambique depende dos seus parceiros externos – privados e institucionais – para o investimento e o financiamento da sua conta corrente e défices orçamentais, o restabelecimento da credibilidade internacional depende do seu processo de reformas internas. Será necessária uma demonstração de suficiente determinação política para implementar as necessárias políticas de restrição orçamental e monetária, gerindo ao mesmo tempo a estabilidade do setor financeiro, abordando as questões de governação, particularmente no setor das empresas estatais e solucionando o conflito político-militar. A médio prazo, a prioridade reside em estabelecer um modelo de crescimento inclusivo, diversificar a economia para além dos megaprojetos e dos recursos naturais, bem como alinhar os gastos públicos com vista a promover o desenvolvimento humano.

Tabela 2. PIB por setor (em percentagem do PIB)

| | 2010 | 2015 |
|--|--------------|--------------|
| Agricultura, silvicultura, pesca e caça | 28.6 | 25.2 |
| dos quais pesca | 1.8 | 1.8 |
| Indústria extrativa | 2.4 | 5.6 |
| das quais petróleo | ... | ... |
| Indústria transformadora | 11.2 | 10.0 |
| Eletricidade, gás e água | 3.4 | 3.4 |
| Construção | 2.3 | 2.5 |
| Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos, bens de consumo, hotelaria e restauração | 14.2 | 14.4 |
| dos quais hotelaria e restauração | 3.1 | 2.4 |
| Transportes, armazenagem e comunicações | 12.6 | 11.6 |
| Serviços financeiros, imobiliário e serviços às empresas | 9.9 | 8.8 |
| Administração pública e defesa | 5.5 | 6.9 |
| Outros serviços | 10.0 | 11.5 |
| Produto interno bruto a preços básicos/custo dos fatores | 100.0 | 100.0 |

Fonte: Dados das autoridades nacionais.

Política macroeconómica

Política orçamental

A sustentabilidade orçamental de Moçambique está em risco devido à escalada da dívida comercial e à má gestão das finanças públicas. O país apresentou défices orçamentais primários e globais contínuos durante os anos de *boom* económico, quando beneficiava da cobrança de imposto sobre os rendimentos de capital inesperados e de baixos rácios da dívida. A expansão foi principalmente direcionada para um programa de investimento público assente numa má gestão e numa crescente despesa salarial atingindo 11.3% do PIB em 2014. Em 2015 deu-se início a uma política de consolidação orçamental para controlar os níveis da dívida. O défice orçamental após as subvenções diminuiu para 2.2% do PIB face aos 9.0% em 2013. No entanto, os esforços foram prejudicados pelo contínuo abrandamento económico, reduzindo a arrecadação de receitas e a depreciação pronunciada do metical. Estima-se que o custo do serviço da dívida, maioritariamente pago em moeda externa, tenha atingido 2.8% do PIB em 2016.



A divulgação das dívidas ocultas em 2016 levou à suspensão do apoio orçamental dos parceiros externos (cerca de 2% do PIB). A depreciação adicional do metical conduziu à insustentabilidade orçamental. Um orçamento revisto e aprovado no terceiro trimestre reduziu as despesas gerais em apenas 0.7 pontos percentuais, atingindo 32.6% do PIB. A diminuição do investimento público e a ligeira redução da massa salarial foram em grande parte anulados pelo aumento do custo do serviço da dívida. O financiamento dos doadores foi substituído por dispendiosos empréstimos nacionais. O sistema de financiamento interno tentou absorver os 2.6% do PIB exigidos em obrigações do tesouro. Não havia provisões para atender às dívidas ocultas e as previsões de crescimento económico, a inflação e os pressupostos cambiais eram excessivamente otimistas, pondo em causa a restante da execução orçamental de 2016.

O orçamento de 2017 apresentou uma nova restrição orçamental, com uma redução das despesas para 33.9% do PIB. Espera-se, no entanto, uma recuperação do crescimento para 5.5%, bem como uma redução real das despesas correntes e das despesas de capital para 19.5% e 10% do PIB, respetivamente. Um novo programa do FMI ainda depende de um orçamento credível. O orçamento de 2017 não contempla as contribuições dos parceiros externos para o apoio orçamental direto, ou o serviço da dívida comercial, estimadas em 5.7% do PIB (incluindo pagamentos em atraso). Assim, a sustentabilidade orçamental a curto prazo depende do resultado da reestruturação da dívida comercial anunciada em outubro de 2016. Outros riscos orçamentais incluem a falta de clareza sobre a dívida do setor empresarial do Estado, enquanto a instabilidade do setor bancário pode transformar-se num adicional encargo orçamental. A longo prazo, é necessário garantir o excedente orçamental primário, reforçando simultaneamente a robustez e a qualidade do quadro de investimento público.

Tabela 3. Finanças públicas (em percentagem do PIB)

| | 2008 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016(e) | 2017(p) | 2018(p) |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Receitas totais (inclui donativos) | 20.9 | 31.4 | 33.7 | 30.2 | 29.8 | 31.0 | 30.1 |
| Receitas fiscais | 11.3 | 22.3 | 27.7 | 23.6 | 24.3 | 24.9 | 24.9 |
| Receitas do petróleo | 8.1 | 5.2 | 4.3 | 4.1 | 2.9 | 3.5 | 2.7 |
| Despesas totais e empréstimos líquidos (a) | 25.0 | 40.4 | 35.7 | 32.4 | 32.6 | 32.2 | 31.2 |
| Despesas correntes | 14.4 | 19.8 | 23.8 | 20.2 | 19.8 | 19.6 | 19.6 |
| Sem juros | 13.9 | 19.0 | 22.8 | 18.9 | 18.4 | 18.4 | 18.6 |
| Ordenados e salários | 6.9 | 10.3 | 11.3 | 10.8 | 10.0 | 9.9 | 10.0 |
| Juros | 0.5 | 0.8 | 1.0 | 1.3 | 1.4 | 1.2 | 1.0 |
| Despesas de Investimento | 9.9 | 15.0 | 11.0 | 9.9 | 10.8 | 11.1 | 10.7 |
| Saldo primário | -3.6 | -8.2 | -1.1 | -0.9 | -1.4 | -0.1 | -0.1 |
| Saldo global | -4.1 | -9.0 | -2.0 | -2.2 | -2.8 | -1.3 | -1.1 |

Nota: a. Somente os principais itens de receitas e de despesas são detalhados.

Fontes: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Política monetária

A política monetária tem sido confrontada pelo prolongado choque da balança de pagamentos (BdP) desde o final de 2014. A diminuição das exportações e o decréscimo significativo do IDE contrastaram com os elevados níveis de importações, aumentando o défice da balança de pagamentos e reduzindo as reservas em divisas. A suspensão do apoio dos doadores após a crise dos empréstimos ocultos de abril de 2016 bloqueou outro importante canal de entrada de moeda estrangeira. O metical, já de si uma das moedas africanas com pior desempenho em 2015, desvalorizou ainda mais. No final de 2016, acumulou uma desvalorização anual de 39.2% em relação ao USD, e de 52.3% em relação ao rand sul-africano, após um pico de 71.5% e 88.2%, respetivamente. Com as empresas a enfrentar restrições no acesso à moeda estrangeira e impedidas de realizar certas importações, os preços dos bens importados registaram um

forte aumento, transferindo-se progressivamente através das cadeias de valor. As pressões inflacionistas adicionais resultaram de uma fraca estação agrícola, afetada por uma seca severa, bem como das restrições dos transportes rodoviários devido ao conflito militar interno existente. A inflação anual aumentou dez vezes, de 2.73% em setembro de 2015, para 26.83% em dezembro de 2016.

O banco central tentou dar uma resposta política à crise. Em abril de 2016, com a inflação a subir mais de 15%, elevou as taxas de referência em apenas 5%. A escassez de moeda externa contrastava com o aumento da liquidez do metical. O crédito à economia expandiu-se continuamente até setembro de 2016, mesmo após o aumento de 450 pontos base na taxa de referência de maio a junho. As taxas médias dos empréstimos bancários, que rondaram os 19% ao longo do ano, foram finalmente ajustadas para mais de 23%. O novo governador do banco central, Rogerio Zandamela, substituiu Ernesto Gove em Setembro, que se aposentou após liderar a instituição por dez anos. Zandamela, que trabalhou durante 15 anos no FMI, é a pedra angular do diálogo renovado entre o país e o FMI. De imediato, foi implementado um novo aumento da taxa de 600 pontos, para 23.25%. A restrição monetária adicional representa novos riscos para o setor financeiro. As taxas médias de empréstimos de um ano aproximam-se dos 30%, afetando as taxas de reembolso dos empréstimos e evidenciando as carteiras de empréstimos bancários menos prudentes. A procura interna global mostra sinais de contenção, diminuindo as perspectivas de crescimento, e diminuindo a pressão inflacionária. Em 2017, espera-se que a inflação chegue a 30.3%, antes de cair para 29.5% em 2018.

Cooperação económica, integração regional e comércio

A fraca atividade económica provocou uma nova diminuição do volume de comércio em 2016. A partir de 2015, as exportações diminuíram 8% devido a uma persistente fraca procura mundial de matérias-primas, em especial do alumínio, que representou 25.8% das exportações, mas também dos efeitos da seca resultante do *El Niño*, que reduziram a produção de culturas tradicionais, com exceção da castanha de caju (com quedas de -24.7% para as bananas, -21% para o algodão, -14.4% no caso do tabaco, -25.6% no da lagosta e -14.8% no do camarão). A aceleração da produção de carvão (+21%) de Moatize, graças à conclusão da ligação ferroviária com o porto de Nacala e à exploração de areias pesadas (+11.3%), mitigou outras reduções setoriais e proporciona boas perspectivas para 2017. Por outro lado, a forte desvalorização do metical e a escassez de moeda externa, bem como o endurecimento da política orçamental e monetária, têm contribuído para conter a procura interna. A contração de cerca de 33% das importações de bens contribuiu para a redução do défice em conta corrente para 31.1% do PIB. As importações de bens de consumo caíram 31.9%, incluindo uma diminuição de 58.7% nos veículos importados, e as importações de bens intermediários diminuíram 33.8%, com os combustíveis, eletricidade e cimento apresentando as maiores quedas. O país beneficiará da ratificação do Acordo de Parceria Económica entre a União Europeia e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, abrindo o mercado europeu aos exportadores nacionais. Moçambique também ratificou o Acordo de Facilitação do Comércio (AFC), tornando-se o 105º membro da Organização Mundial do Comércio a fazê-lo, faltando apenas cinco novos membros para a ratificação e a entrada em vigor do AFC¹.



Tabela 4. Balança corrente (em percentagem do PIB)

| | 2008 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016(e) | 2017(p) | 2018(p) |
|--------------------------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Balança comercial | -6.0 | -36.9 | -25.7 | -21.4 | -20.3 | -23.6 | -24.4 |
| Exportações de bens (f.o.b.) | 22.4 | 23.5 | 26.3 | 25.8 | 28.3 | 29.0 | 27.9 |
| Importações de bens (f.o.b.) | 28.5 | 60.4 | 52.0 | 47.1 | 48.6 | 52.6 | 52.3 |
| Serviços | -3.8 | -20.3 | -17.3 | -15.2 | -14.0 | -10.2 | -8.3 |
| Rendimento dos fatores | -6.4 | -0.4 | -1.2 | -1.5 | -3.6 | -4.4 | -3.7 |
| Transferências correntes | 7.4 | 8.9 | 8.1 | 5.8 | 6.8 | 8.0 | 7.0 |
| Saldo da conta corrente | -8.8 | -48.7 | -36.1 | -32.3 | -31.1 | -30.3 | -29.5 |

Fontes: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

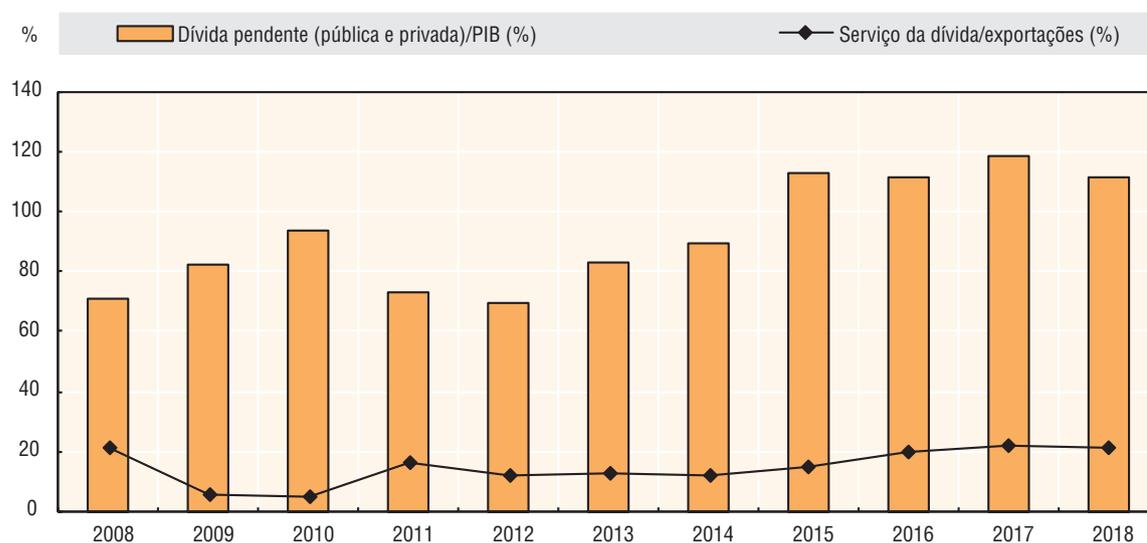
Política da dívida

Em janeiro de 2017, o governo falhou o pagamento 59.8 milhões de USD de juros de obrigações, depois de já ter falhado o primeiro pagamento de juros do empréstimo da *Mozambique Asset Management* (MAM) em maio de 2016. A emissão de títulos de dívida soberana no valor de 726.5 milhões de USD havia sido realizada nove meses antes para garantir a reconversão das obrigações emitidas pela empresa EMATUM. O país foi considerado em situação de sobre-endividamento pelo FMI e classificado como estando em «incumprimento seletivo» pelas agências de *rating*. No final de 2016, os empréstimos ocultos elevaram a dívida pública externa e a dívida pública garantida (DPG) para 10.2 mil milhões de USD, cerca de 116% do PIB, agravada pela forte desvalorização do metical, equivalente a 40% do PIB, no final de 2015. Moçambique tornou-se no país mais endividado de África. O custo médio estimado do serviço da dívida para 2017-21 é de 7% do PIB. O rácio dívida / receitas foi de 26.5% em 2016 e estima-se que atinja os 35% em 2017.

Os empréstimos ocultos destacaram o perfil comercial do stock da dívida. A dívida multilateral representa 40.9% da PPG, mas com os seus termos concessionais, representa apenas 18% do custo total do serviço da dívida. A dívida bilateral da DPG, uma combinação de empréstimos concessionais e não concessionais, representa 42.1% do total e 42% do serviço da dívida. Embora a componente de dívida comercial represente apenas 17%, o seu serviço representa 40% do serviço total da dívida DPG. A dívida interna também aumentou durante o período, acentuada em 2016 pela suspensão do apoio ao orçamento. Estima-se que em outubro de 2016 represente um pouco menos de 20% da dívida total, mas o custo dos empréstimos subiu, com taxas de títulos do tesouro mais do que a duplicar desde o início de 2016. No entanto, é a dívida externa, denominada em moeda externa, que desafia a solvabilidade, em grande parte devido à forte desvalorização do metical.

A dívida terá que ser reestruturada e o seu perfil alinhado com as grandes receitas orçamentais do setor do gás esperadas para 2026-30. O Governo contratou a *Lazard e White & Case* como consultora financeira e jurídica e anunciou, em outubro de 2016, a sua intenção de reestruturar a sua dívida comercial nos três meses seguintes. As reações públicas da maioria dos credores foram negativas. A principal exigência dos detentores de títulos soberanos se refere ao tratamento diferenciado dos empréstimos empresariais e à data de início do programa do FMI, isto é para que esse esteja em vigor antes de se iniciarem as discussões sobre a reestruturação da dívida. Uma reestruturação da dívida bem-sucedida dependerá também de uma forte e sólida perspetiva orçamental com vista a obter um excedente orçamental primário. Uma evolução favorável do metical será uma componente chave.

Figura 2. Estoque total de débito (percentagem do PIB) e serviço da dívida



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).

Governança económica e política

Setor privado

Apesar das reformas destinadas à liberalização económica durante os anos 90 e de uma década de boom económico, o setor privado representa apenas 65% do PIB e a atividade económica informal está generalizada. Os inquéritos mostram que os empresários individuais representam 93% do tecido empresarial, enquanto as microempresas representam 6.6% e as pequenas empresas 0.7%. Apenas 0.02% das empresas são médias, empregando entre 50 e 100 trabalhadores. A maioria dos setores está atualmente liberalizado, incluindo as telecomunicações, a produção de energia e o setor financeiro, em cujo Estado controla apenas uma instituição financeira. No entanto, os mercados sofrem de uma concentração considerável na maioria dos setores, sendo em alguns casos oligopólios de facto (por exemplo, o setor dos transportes, o setor financeiro e os grandes retalhistas). Uma Lei da Concorrência foi promulgada em 2014, mas a Autoridade da Concorrência ainda não estava operacional no início de 2017. O governo aprovou uma legislação para reformar as empresas públicas, visando racionalizar as operações públicas, promover a boa governação e reduzir os riscos orçamentais, incluindo a venda ou liquidação de 64 empresas públicas. De acordo com o Fórum Económico Mundial, as principais preocupações das empresas concentram-se na corrupção e no acesso ao financiamento, bem como na instabilidade política. O país está na retaguarda da maioria dos seus pares regionais.

Além disso, a escassez de moeda externa efetivamente impediu muitas empresas de importar bens e repatriar lucros. Em 2016, Moçambique caiu para o terço inferior no item de facilidade de fazer negócios. O país está mal posicionado nos índices de corrupção. Como o sistema judicial é considerado ineficaz, existem tribunais especializados para arbitragem comercial, permitindo a resolução de disputas comerciais. O governo comprometeu-se a simplificar o processo de concessão de licenças para o exercício de atividades económicas e a rever o Código de Registo Comercial e Imobiliário para facilitar os negócios. O Centro de Promoção de Investimentos, o Instituto de Promoção de Exportações e o Gabinete para Zonas de Desenvolvimento Económico Acelerado (GAZEDA) foram fundidos numa nova entidade: a Agência de Investimento e Comércio,



que concentra todas as atividades de promoção do investimento privado e das exportações. A agência também é responsável pelas zonas económicas especiais e zonas francas industriais, onde as empresas beneficiam de isenções aduaneiras e fiscais bem como de outros benefícios, incluindo a facilidade de repatriação de lucros.

Setor financeiro

O sistema financeiro mostrou resiliência à crise, mantendo-se, no entanto, *grandes riscos*. A confluência da forte desvalorização do metical com uma subida das taxas de juro e com um baixo crescimento económico, ameaça as carteiras de crédito dos bancos e testam os seus rácios de solvabilidade. O aumento das taxas de juro elevou o serviço da dívida dos clientes num contexto de reduzida atividade. A desvalorização também se fez sentir nas avaliações dos bancos. Em 2015, os ativos totais dos bancos diminuíram cerca de 6 mil milhões de USD para um total de 9 mil milhões de USD (66% do PIB). Para os empréstimos denominados em moeda externa, os custos de manutenção aumentaram. Em 2016, esperava-se um pico na taxa média de empréstimos vencidos do setor, que já havia duplicado de 2.19% em 2013, para 4.30% em 2015. O rácio médio do *Core Tier One2* para os sete maiores bancos fixou-se em 29.56% no primeiro semestre de 2016, acima dos requisitos de Basileia II, com um índice de empréstimos relativamente a depósitos de 68.03%. Em setembro de 2016, no entanto, o quarto maior banco, o Moza Banco, foi assumido pelo banco central. Um segundo banco menor, Nosso Banco, também faliu e o banco central decidiu liquidá-lo. O banco central está a introduzir uma nova taxa de empréstimo de referência de mercado de modo a proporcionar maior transparência e liquidez. Prevê-se que o recente estabelecimento regulamentar de «agentes bancários» acelere a inclusão financeira, proporcionando uma gama mais vasta de serviços financeiros, em especial para as zonas rurais fora do alcance das sucursais.

Gestão do setor público, instituições e reformas

O governo propôs reformas orçamentais que limitam o poder do executivo sobre a dívida pública, os concursos públicos e as despesas. O governo também está a conter a massa salarial. Em 2016, juntamente com a redução de funcionários públicos, uma compensação salarial de treze meses foi eliminada para os altos funcionários públicos. O ambiente empresarial deteriorou-se. No relatório *Doing Business 2017*, do Banco Mundial, Moçambique aparece ocupando o 137º no ranking que envolve 190 economias; uma queda quando comparado ao ano anterior, em que o país chegou em 134º lugar dentre 189 economias.

Gestão dos recursos naturais e meio ambiente

Moçambique é dotado de grandes depósitos de reservas de recursos naturais, incluindo uma das cinco maiores reservas mundiais de gás natural. No final de 2016, o país anunciou a construção de uma unidade de exploração de 8 mil milhões de USD, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, para o início de 2017. Em outubro de 2016, o Conselho da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (EITI) declarou que Moçambique estava em conformidade com as normas da EITI e o País comprometeu-se em assegurar a transparência da gestão dos recursos, incluindo gás e carvão, agora ainda mais relevante uma vez que o país aposta na exploração de gás como uma fonte chave para o crescimento económico.

Moçambique apostou na gestão sustentável dos recursos naturais como componente chave do seu Plano de Desenvolvimento Quinquenal (2015-2019). Mais de 69% dos moçambicanos vivem em zonas rurais e a agricultura é a sua principal fonte de subsistência. O Quadro de Assistência ao Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDAF) 2017-2020 salienta que mais de 82% de todos os postos de trabalho dependem dos recursos naturais.

O país continua vulnerável a desastres naturais como inundações, tempestades e secas severas que, em 2015, causaram insegurança alimentar, escassez de água e perdas de rendimento para mais de 2 milhões de pessoas.



Em 2016, o governo criou um Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável para financiar projetos de gestão de recursos naturais e proteção ambiental. Também aprovou uma lei proibindo a exportação de troncos de madeira, que foi uma das principais causas do desmatamento.

Ainda em 2016, a *International Conservation Caucus Foundation* (ICCF) saudou o Presidente de Moçambique pelos esforços para combater o tráfico de animais selvagens e o parlamento aprovou a lei de proteção de recursos naturais, que criminaliza os abusos ambientais.

Contexto político

Três anos após as últimas eleições presidenciais e parlamentares e mais de 25 anos após o fim da guerra civil, as tensões políticas persistem. Como sempre, a situação atual envolve a RENAMO, o principal partido da oposição, e a FRELIMO, o partido no poder. A tensão, centrada na reforma da lei eleitoral, intensificou-se após as eleições, quando os principais partidos da oposição contestaram os resultados e exigiram uma recontagem de votos.

As acusações de fraude por parte dos partidos da oposição durante as eleições têm sido uma constante desde a primeira eleição realizada após a guerra civil em 1992. Desta vez, no entanto, tal tensão tomou uma direção muito mais grave. Os protestos evoluíram para confrontos militares, terminando com duas décadas ininterruptas de paz. A RENAMO está a exigir o direito de governar nas províncias onde obteve a maioria dos votos, bem como de um sistema eleitoral no qual os governadores provinciais sejam eleitos diretamente.

A solução política do conflito está a ser negociada com o apoio de mediadores internacionais. No final de 2016, o Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, e o líder da RENAMO anunciaram um cessar-fogo para as festividades de fim de ano, prolongando-o por mais dois meses, dando alento à esperança de paz. Resta saber se as diferenças que separam a FRELIMO e a RENAMO estão ligadas ao diálogo de paz. No 11º congresso da FRELIMO, em setembro de 2017, o partido escolherá os seus quadros dirigentes. Nyusi deverá enfrentar um difícil congresso no meio da crise da dívida económica e política, que tem exacerbado as divisões no interior dos partidos.

Contexto social e desenvolvimento humano

Capacitação dos recursos humanos

Apesar da situação financeira do país, Moçambique continua a investir em capital humano. Em 2016, o governo contratou novos professores e melhorou a proporção de alunos / professor, possuindo agora 55 alunos por professor, comparado a 42 alunos/professor na África subsariana. Moçambique decidiu destinar cerca de 5% do PIB para a educação, em linha com a despesa média da África subsariana. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2008-09 a taxa de analfabetismo global do país era de quase 50%, com 70% em províncias como Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado, enquanto para a cidade de Maputo era de 10.9%.

Acompanhando esses esforços, Moçambique também continuou a melhorar as condições de saúde, água e saneamento. Em 2016, o país tinha 3 000 novos profissionais de saúde. No mesmo ano, construiu-se e reabilitou-se cerca de 1 500 fontes de água nas zonas rurais, bem como expandiu-se cinco sistemas de abastecimento de água, entre outras realizações.

Não obstante esse progresso, os desafios mantêm-se. De acordo com o relatório governamental de 2015 sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a taxa de mortalidade materna diminuiu de 692 mortes por 100 000 nados vivos em 1997, para 408 em 2011. Independentemente desta conquista, a taxa existente é demasiado elevada e continua a ser uma grande preocupação. São necessários mais esforços, entre outros, para: i) o acesso aos serviços de saúde; ii) o número de recursos humanos qualificados; iii) melhorar questões culturais; e iv) capacitação das mulheres.



O país fez progressos significativos no que diz respeito à mortalidade infantil, passando para 64 mortes por 1 000 nados vivos em 2011, de acordo com os dados mais recentes do INE. No contexto da agenda de desenvolvimento pós-2015 e da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030, a ênfase continua na garantia de vidas saudáveis e na promoção do bem-estar de todos em todas as idades. Por conseguinte, Moçambique deve manter o seu objetivo de reduzir as taxas de mortalidade neonatal e infantil, o que exigirá, designadamente: i) uma dotação orçamental suficiente e adequada; ii) reservas suficientes de vacinas; e iii) disponibilidade de recursos humanos qualificados.

A segurança alimentar e a nutrição permanecem como pontos de elevada criticidade em resultado de uma combinação de fatores climáticos, baixa produtividade agrícola e limitado conhecimento nutricional, levando a uma taxa de desnutrição crónica de 42.6% em crianças menores de cinco anos (dados de 2008).

De acordo com o inquérito nacional INSIDA 2009, a incidência de HIV/SIDA permaneceu alta, embora estável, em 11.5%, com 13.1% de incidência entre mulheres e 9.2% entre homens. O relatório de 2015 do governo sobre os ODM mostra que a malária continua a ser a principal causa de morte entre as crianças (42%). O governo está a distribuir mosquiteiros e a fornecer pulverização gratuita às casas de habitação.

Redução da pobreza, proteção social e trabalho

A avaliação nacional da pobreza divulgada pelo Ministério da Economia e Finanças em outubro de 2016 indica que a incidência da pobreza em Moçambique foi de 46.1% em 2014-15, ou seja, uma redução de 5.6% em relação aos valores da avaliação anterior de 2008.

Apesar da melhoria registada, a redução da pobreza não tem sido homogénea nas províncias e regiões de Moçambique. A pobreza nas áreas urbanas diminuiu mais rapidamente (9.4%) do que nas zonas rurais, onde a redução foi apenas de 3.7%. Registou-se uma rápida redução da pobreza nas províncias do sul, diminuindo 18.4%, contra um aumento de 10% e 10.8% nas províncias do norte e centro, respetivamente. A Província de Maputo teve a maior redução de pobreza, cerca de 37%, e tem a menor incidência de pobreza no país com 18.9%.

Não obstante estas variações percentuais, o número absoluto de pessoas pobres em Moçambique manteve-se relativamente inalterado. Com base em aproximadamente 12 milhões em 1996, o número de pessoas em situação de pobreza diminuiu para cerca de 9.7 milhões em 2002, mas aumentou para 11.1 milhões no final de 2008. A redução das taxas de pobreza entre 2008 e 2014 foi insuficiente para reduzir o número absoluto de pessoas que vivem na pobreza. Assim, enquanto a população moçambicana aumentou mais de 50% entre 1996 e 2014, o número de pessoas que vivem na pobreza no país manteve-se aproximadamente o mesmo. De acordo com o Inquérito Sobre os Orçamentos Familiares (2016), o coeficiente de Gini em 2008 foi de 0.47.

O *Relatório de Desenvolvimento Humano 2015*, do PNUD, classificou Moçambique na categoria de baixo desenvolvimento humano (180º em 188 países), com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.416. O IDH é explicado por uma esperança de vida de 55.1 anos, um rendimento nacional bruto per capita de 1 123.40 USD (paridade do poder de compra de 2011) e anos esperados e médios de escolaridade de 9.3 e 3.2 anos, respetivamente.

Os níveis de desemprego relativamente elevados, perto de 22%, a taxa de alfabetização de 50.6% e a taxa de abandono escolar de 68.4% evidenciam a necessidade de um regime de proteção social mais forte. Em 2016, Moçambique acrescentou 25 000 novos beneficiários ao seu regime de proteção social, que agora abrange 508 000 pessoas e representa cerca de 2.6% do orçamento do Estado.

Cerca de 87% da juventude moçambicana está empregada em postos de trabalho vulneráveis, a maioria dos quais na agricultura de subsistência ou no setor informal. Além disso, Moçambique



tem o sexto maior custo de indemnização no mundo, o que tende a penalizar os jovens trabalhadores devido à sua menor experiência.

Igualdade de género

O *Relatório de Desenvolvimento Humano em África 2016*, do PNUD, indica que Moçambique é uma das nações líderes no empoderamento das mulheres. Um exemplo reside em que, com 40% de representação parlamentar feminina, Moçambique ultrapassou a Plataforma de Ação de Pequim de 1995, que propõe o objetivo de 30% de mulheres no parlamento.

Em 16 de janeiro de 2016, o governo criou o Ministério de Género, Criança e Ação Social, com o objetivo, entre outros, de promover a igualdade de género nas áreas social, económica e política. Em 2017, será consolidado o quadro legal adotado. Os ganhos são significativos. O número de mulheres que ocupa cargos de governadora provincial aumentou de 2 para 4 em 11; o número de parlamentares aumentou de 96 para 100 em 250 lugares e a relação rapariga / rapaz na educação primária é 0.97 aos 6 anos de idade. Em 2016, 79% dos partos de recém-nascidos foram atendidos em unidades de saúde com profissionais treinados. No entanto, são necessárias mais medidas para capacitar as mulheres na frente económica, uma vez que o desemprego das mulheres continua a ser de 24.2%, que compara com 20.6% nos homens. Além disso, o casamento infantil continua a ser praticado no país.

Análise temática: Empreendedorismo e industrialização em Moçambique

A grande maioria das indústrias existentes em Moçambique são antigas empresas coloniais, nacionalizadas após a independência em 1975 e posteriormente privatizadas durante a liberalização económica dos anos 90. Ao longo deste processo, grande parte da capacidade industrial do país diminuiu. Do tecido industrial tradicional, os subsectores que subsistiram e se desenvolveram foram o de alimentos (21% da produção industrial), bebidas (10%), tabaco (9%) e cimento (5%). Em contrapartida, outros subsectores anteriormente relevantes deixaram de existir ou tornaram-se residuais, tais como o da cerâmica, do vidro, do chá, do caju processado, da metalurgia e dos têxteis.

O setor industrial atualmente emprega apenas 3% da população ativa. Os grandes fluxos de IDE iniciados em 2000 promoveram novos subsectores, essencialmente orientados para as exportações, que agora constituem a espinha dorsal do tecido industrial. O megaprojeto de fundição de alumínio da Mozal, o primeiro investimento industrial em grande escala do país realizado em 2000, representa cerca de 39% da produção industrial e 25% das exportações de Moçambique. A unidade de produção de gás natural da Sasol, que se seguiu em 2001, contribui para 10% das exportações, agora ultrapassada pela produção de carvão, que representa 15% das exportações, enquanto a de areias pesadas contribui com 6%. Ao todo, esses quatro produtos contribuem para quase 60% das exportações, sendo todas elas matérias-primas primárias com valor acrescentado residual. Para além da eletricidade, que representa 11% das exportações, quase inteiramente gerada pela barragem hidroelétrica de Cahora Bassa, construída antes da independência, o açúcar semi-processado (3% das exportações) é o único produto processado exportado. Para além dessas indústrias principais, a produção industrial tem estagnado desde a independência, e o setor não conseguiu aproveitar os potenciais benefícios – e as ligações – do setor de indústria extrativa em rápida expansão, em que o gás natural e seus derivados estão prontos para se tornarem no principal polo industrial do país.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento lançada em 2014 coloca a industrialização como o principal caminho para a prosperidade e competitividade através de um modelo de crescimento inclusivo e sustentável. O processo de industrialização encontra-se projetado para se desenvolver numa base institucional renovada, criando o capital humano necessário e fornecendo as infraestruturas físicas necessárias. Em 2016, no contexto dos investimentos em larga escala no



setor de gás natural, o governo aprovou uma nova Estratégia Política e Industrial (EPI) para 2016-25. A EPI assume uma abordagem horizontal para superar as deficiências estruturais do país, selecionando como pilares: infraestruturas para o desenvolvimento económico, desenvolvimento do capital humano, formação em empreendedorismo e proteção da indústria nacional, promoção do acesso ao financiamento adequado, promoção de laços comerciais, incentivos ao investimento para o setor industrial, apoio à inovação; acesso à tecnologia; investigação e desenvolvimento, bem como definição de um modelo institucional adequado para impulsionar o desenvolvimento industrial. Esta abordagem horizontal é complementada por uma política vertical para incentivar subsectores específicos identificados como prioritários: alimentação e agroindústria; vestuário, têxteis e calçado; minerais não metálicos; metalurgia e fabricação de produtos metálicos; madeira e mobiliário; química, borracha e plásticos, assim como papel e impressão. Estes setores beneficiarão de incentivos fiscais e aduaneiros, e ainda de incentivos ao investimento. Como parte do seu terceiro pilar, a estratégia visa a capacitação do empreendedorismo jovem como forma de promover as micro, pequenas e médias empresas (MPME) e a industrialização.

No pilar de criação de emprego da nova política de emprego de 2016, são incluídas medidas específicas para a formalização do setor informal através da formação em empreendedorismo e da inclusão do tema do empreendedorismo nos currículos escolares. Adicionalmente, a estratégia prevê apoiar programas de inovação e aprendizagem vocacional dirigidos às MPME para desenvolver o empreendedorismo e as capacidades básicas de gestão empresarial. São também identificados os vínculos com os setores extrativos como um catalisador crucial do emprego através de oportunidades empresariais em setores auxiliares (industriais e de serviços) para os grandes projetos.

O instituto de promoção das pequenas e médias empresas – Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME) – lidera a implementação da estratégia nacional de apoio às MPME. A estratégia, datada de 2014, centra-se em melhorar o ambiente empresarial, aumentar as capacidades das MPME, melhorar o acesso aos serviços financeiros, bem como aumentar o acesso ao mercado. Os resultados são monitorizados e avaliados regularmente. De acordo com dados de 2016, 64% dos moçambicanos são trabalhadores independentes, enquanto 19% trabalham em atividades não agrícolas. Os empreendedores individuais representam 92.7% de todas as empresas registadas. As mulheres possuem 40% desse tipo de empreendimento. Há uma grande prevalência de microescala de comércio (44%) e agricultura (22%) com pouco valor acrescentado e muito pouco potencial de criação de emprego. No setor industrial, as microempresas, com um a quatro funcionários, respondem por 63% das empresas industriais, enquanto as pequenas empresas correspondem a 30%. Apenas 3% das indústrias são médias, empregando entre 50 e 100 trabalhadores. Embora as grandes empresas sejam apenas 4% de todas as empresas industriais, elas respondem por 64% da produção total, refletindo a maior parte do IDE direcionado para os megaprojetos de capital intensivo em indústrias extrativas. As ligações com as indústrias extrativas em rápida expansão proporcionam uma oportunidade única para impulsionar o empreendedorismo. O programa Mozlink, apoiado pela Corporação Financeira Internacional, é o programa mais bem-sucedido. Outros programas estão agora a ser desenvolvidos com o apoio da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial e do Banco Africano de Desenvolvimento.

Segundo um levantamento de empresários nacionais encomendado pelo IPEME, existem quatro motivações principais para estabelecer uma MPME: i) conhecimento prévio do mercado (31%); ii) identificação de uma necessidade no mercado (27%); iii) apoio às populações locais com um novo projeto (12%); e compra de uma empresa já existente (12%). Os principais obstáculos ao arranque e desenvolvimento de uma MPME são ligados ao ambiente macroeconómico, como aspetos relacionados às operações internas das empresas, ao papel das instituições públicas no processo e ao acesso ao financiamento. Empreendedores e MPME dependem principalmente do autofinanciamento e reinvestimento de lucros, o que limita a capacidade de novos investimentos

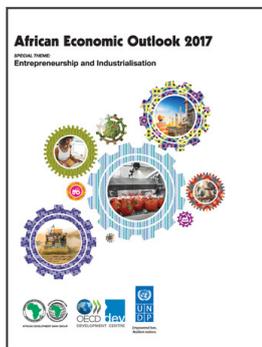


e a expansão de negócios. Apenas metade das empresas utiliza outras fontes de financiamento, que são principalmente empréstimos bancários (62%). Com uma procura crescente, o setor de capital de risco encontra-se em fase embrionária e a expandir-se lentamente como parte de um ecossistema mais amplo e de rápido crescimento para apoiar os empreendedores e as MPME. Tal expansão inclui incubadoras de empresas, empresas de serviços de desenvolvimento de negócios, centros empresariais e de capacitação patrocinados por grandes corporações, bem como bancos e consultoras especializadas, lançando as bases para um tecido industrial rejuvenescido.

Notas

1. Com as ratificações pelo Chade, Jordânia, Omã e Ruanda, o acordo atingiu o limite pré-determinado dos 110 membros da OMC necessários para a sua imediata entrada em vigor em 22 de fevereiro de 2017.
2. O **core tier one** (ou **core tier 1**) é o indicador utilizado na análise da solvabilidade das instituições bancárias e corresponde aos fundos próprios de base, ou seja, ao capital social e reservas acumuladas.





From:
African Economic Outlook 2017
Entrepreneurship and Industrialisation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2017-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2017), “Moçambique”, in *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-47-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.